

A fuga para o ensino público

ARACATUBA
AGÊNCIA ESTADO

Pelo menos 400 alunos de primeiro, segundo grau e supletivos dos colégios Objetivo e Anglo de Araçatuba transferiram-se para as escolas da rede oficial de ensino. A decisão foi tomada depois de 15 dias de protestos contra o alto preço das mensalidades cobradas pelas escolas acompanhada de uma greve dos estudantes. A movimentação terminou com a agressão física a um aluno do Objetivo por um funcionário do colégio.

Uma comissão de pais e alunos enviou documento ao Conselho Federal de Educação e ao Conselho Estadual, ao Procon, à delegacia e divisão regional de ensino. Além disso, o Ministério Pùblico enviou orientação à Delegacia de Polícia para instauração de inquérito para apurar eventual crime contra a economia popular.

Antônio Tito Damazo, diretor da Divisão Regional de Ensino de Araçatuba garantiu a transferência dos estudantes e já solicitou a contratação de mais professores e a abertura de novas salas de aula. Damazo diz que "existiam escolas da rede oficial, com classes ociosas e

vagas abertas, o que facilitou a transferência".

A comissão de pais e alunos também está tentando junto à Fundação Educacional de Araçatuba a abertura de um cursinho pré-vestibular. Segundo a comissão, já existem 160 pedidos de vagas, o que torna viável a implantação dessas aulas a um custo aceitável para o orçamento familiar.

INCONSTITUCIONAL

Na opinião do advogado Jurandir Brito, da comissão de pais e alunos, o decreto que libera as mensalidades "é absolutamente inconstitucional a partir do momento em que dá competência às Associações de Pais e Mestres e aos Diretórios Acadêmicos o direito à reclamação. Acontece que somente as mantenedoras das escolas é que podem criar essas entidades. O Objetivo de Araçatuba não se interessou em criar nenhuma associação. Além disso, essas APMs e Diretórios não têm poder de mando ou decisão. A Constituição estipula que é assegurado a qualquer cidadão o direito de representação e petição aos poderes públicos em defesa de direito ou contra abusos de autoridades".

A comissão aponta irregularidades do Colégio Objetivo, como um número de alunos em classe acima do permitido por lei, a cobrança irregular de mensalidades, assinatura pelos pais de contratos em branco.

Na tarde de ontem, o diretor do Objetivo, Chaim Zaher disse que "estamos cumprindo o que a lei determina. A verdade é que o poder aquisitivo da população não acompanha os custos reais. Mas minha preocupação maior é com os alunos que estão reprovados (em dependência) em alguma disciplina". Ele diz que até o momento as escolas do Estado não aceitam aluno que esteja "em dependência" por disciplina. Chaim acrescenta que o Objetivo tem 1.200 alunos, dos quais 200 se transferiram.

Já o diretor do Anglo, Valdemar Lambiocati, disse que as negociações estão sendo feitas diretamente com os pais dos alunos. "O que o governo deveria fazer imediatamente é liberar para livre negociação a cobrança das mensalidades. Em tudo o que o governo põe a mão, cria problemas", diz Valdemar. Ele finaliza dizendo que menos de dez alunos pediram transferência da sua escola.